

Intervenção de Lucas Pires na Assembleia da República (Lisboa, 12 Abril 1985)

Caption: A 12 de Abril de 1985, aquando dos debates na Assembleia da República sobre a adesão de Portugal às Comunidades Europeias, o deputado Lucas Pires, membro do Partido Popular (CDS-PP), define a adesão como “um evento histórico”.

Source: Diário da Assembleia da República. 13.04.1985, n° 69 (III Legislatura, 2a Sessão legislativa). Lisboa: Assembleia da República. <http://debates.parlamento.pt/diary.aspx?cid=r3.dar&num=068&leg=103&ses=s12>.

Copyright: Debates Parlamentares / Assembleia da República

URL: http://www.cvce.eu/obj/intervencao_de_lucas_pires_na_assembleia_da_republica_lisboa_12_abril_1985-pt-41f73b97-1af4-4a7d-9005-fcea60c46225.html

Publication date: 06/09/2012

Intervenção de Lucas Pires na Assembleia da República (Lisboa, 11 Abril 1985)

O Sr. Presidente: — (...) Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Lucas Pires.

O Sr. Lucas Pires (CDS): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A conclusão das negociações para a integração de Portugal na CEE é, por si mesmo, um acontecimento histórico para o nosso país.

Em primeiro lugar, porque, depois da descolonização, se trata de uma modificação sensível do nosso enquadramento e do nosso lugar no mundo e no continente a que, desde sempre, pertencemos.

Tradicional e até culturalmente, somos muitas vezes excêntricos em relação à Europa até ao ponto em que os portugueses europeus eram considerados no nosso país «estrangeiros». Durante muitos anos, fomos sobretudo uma «Europa ultramarina».

Recentemente, ainda tivemos de vencer duas tendências opostas em relação à Europa: uma, isolacionista; outra, terceiro-mundista. Finalmente esta integração europeia, em termos mais recentes, é a culminação de um processo que é o contraposto da descolonização.

Se tudo isto aconteceu depois da descolonização, a verdade é que, em segundo lugar, a entrada na Europa é também importante por aquilo que significa em relação à revolução socialista que tivemos.

De facto, a entrada na Europa é a entrada num bloco económico e político dos mais poderosos e desenvolvidos do mundo e que constitui, sem dúvida, uma grande resposta à guerra, ao colectivismo e ao individualismo, simultaneamente.

Vamos entrar num mercado de 300 milhões de pessoas, onde o primeiro valor é o mercado e a eficiência e onde o nível de vida é um dos mais altos do mundo; onde, politicamente, a maior aspiração é a da liberdade política, que é, sem dúvida, a capital de um certo humanismo construído dolorosamente ao longo dos séculos.

Tudo isto traduz, afinal, para nós próprios, um complemento de cidadania e uma ambição suplementar que pode, sem dúvida, ter o significado de um desafio muito positivo para todos nós.

Até agora éramos emigrantes na Europa e éramos, talvez para a Europa, numa espécie de conto turístico que nos anúncios em Paris andava muitas vezes associado a Marrocos ou ao Norte de África. A partir de agora passamos a ser europeus de pleno direito e não mais apenas os metecos de uma construção europeia.

Em terceiro lugar, este processo é ainda histórico pela razão de que foi possível através dele superar os egoísmos partidários.

No meio das dificuldades da vida política portuguesa este é tipicamente um projecto nacional e democrático, ao qual esteve associado, como disse recentemente um jornalista de um grande semanário português, toda uma geração portuguesa e, inclusive, os três líderes dos três principais partidos democráticos, nomeadamente o actual Primeiro-Ministro, Dr. Mário Soares, o Dr. Sá Carneiro e o Dr. Freitas do Amaral.

Tal e qual como numa corrida de estafetas, uma corrida de estafetas que era ao mesmo tempo uma maratona que durou bastante mais do que a chegada à Índia e que teve bastantes «cabos das Tormentas», todos estes líderes foram passando o testemunho de uns para os outros, como se fosse ainda possível, em Portugal, apesar de tudo, que as forças democráticas encontrassem formas de cooperação e mínimos de solidariedade nacional que são indispensáveis preservar.

O Sr. Luís Beiroco (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Eu próprio pertenci a um governo que pôde encerrar 10 dos 17 dossiers que tinham a ver com

a nossa negociação com Bruxelas. E se outros tiveram os louros da conclusão destas negociações, é bom não esquecer todos aqueles que tiveram o duro trabalho de condução das mesmas.

É mesmo por ter sido um projecto nacional, como disse também um analista, que ele pôde ser levado até ao fim, é por ter sido um projecto democrático que este processo representa uma etapa importante no vencimento do nosso segundo período transitório, que, infelizmente, ainda não foi completamente vencido e só será completamente vencido por uma última revisão constitucional que restitua ao nosso país a plenitude da soberania democrática.

Esperamos, desejamos e pedimos apenas, ao Governo que este processo de integração continue a ser, nas suas etapas subsequentes, tão nacional e tão democrático como o foi na sua génese e como foi o seu desenvolvimento, o que levou inclusive, o CDS, num período recente, a propor a constituição de uma comissão tripartida nacional que assegurasse plenamente o carácter nacional e o compromisso do País, no seu conjunto, no desenvolvimento deste processo.

É certo, porém, que neste processo também há muito para lamentar ou criticar.

Em primeiro lugar, e desde logo, que a intervenção tenha sido ibérica ao mesmo tempo que europeia. Partimos primeiro do que a Espanha para este processo e chegou a pensar-se que a Espanha não entraria na CEE. Pensava-se, em todo o caso, que a entrada na CEE seria o modo de assegurar a nossa maior independência, a nossa garantia de independência permanente em relação à Espanha. Mas viu-se que a Espanha conseguia acompanhar, paralelamente, este processo e, finalmente, chegamos à meta, não apenas ao mesmo tempo que a Espanha mas, inclusive, na sua pegada. De resto, o «sindicalismo» negocial espanhol foi mais visível do que o português; Madrid tornou-se uma referência mais dominante do que Lisboa na condução de todas as negociações.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Não apoiado! É falso!

O Orador: — Em segundo lugar, é de lamentar que o povo português tenha sido pouco ou mal informado. O CDS foi o primeiro partido a pedir um grande debate nacional e um grande debate parlamentar sobre esta questão. Eis senão quando o que temos não é um debate, mas uma coroação do que foi, alias, sintomática durante o início desta sessão a própria ausência do Sr. Primeiro-Ministro.

Protestos do PS.

Um exemplo de que o País não está preparado para esta integração é que o lançamento do IVA, por exemplo, está a ser motivo de perturbação, entre outros, para os nossos retalhistas, mesmo para os nossos armazenistas, porque não foi objecto de qualquer pedagogia ou informação pública suficiente.

Talvez por tudo isto e com uma ironia involuntária, alguém respondia noutra dia na televisão sobre a integração na CEE que deveria ser muito bom para as pessoas inteligentes porque só a elas tinha sido dado, até agora, a perceber o que é que isso significava na sua plenitude.

Em terceiro lugar, é lamentável que não tenham sido feitas ao mesmo tempo as reformas internas fundamentais e que estejamos a entrar na CEE a «andar para trás».

Um professor de Direito, de Coimbra, especialista de desenvolvimento regional, dizia há pouco tempo que, sendo nós o País mais fraco da cadeia europeia, somos aquele que menos defesas organizou face às dificuldades, aos problemas e aos perigos da integração.

Além disso, e mais uma vez, jogou-se primeiro na liberação externa antes de se ter jogado na liberalização interna.

O Sr. Luís Beiroco (CDS): — Muito bem!

O Orador: — ...o que quer dizer que a liberalização poderá ser feita mais por invasão do que por autodeterminação das forças produtivas nacionais.

Apesar disto, julgo que não valerá muito a pena ruminar um processo negocial que durou quase uma década e que vale sobretudo pensar em termos de futuro nas dificuldades desde logo e, em primeiro lugar, na recusa de um certo espírito de facilidade que pensa talvez que a CEE será para Portugal apenas mais um novo empréstimo estrangeiro.

Não nos podemos esquecer que temos um quarto de produto *per capita* da Comunidade e que os europeus podem viajar para o Algarve ou para Lisboa, mas que os Portugueses não podem viajar para Bruxelas nem para Hamburgo.

Não nos podemos esquecer que não é mais uma facilidade que está em causa, nem um espectáculo político feito a partir de fora, nem uma nova *passerelle* para o Poder, mas sim um desafio para toda uma comunidade que não pode esquecer que, mesmo dentro da CEE, continuam a prevalecer os egoísmos e, mesmo aí, ou seremos capazes de competir ou seremos devorados por esse processo.

Em segundo lugar, esquecemos também e temos de nos prevenir para a necessidade de reforçar todas as formas, do nosso autogoverno e da nossa capacidade de exposição sobre nós próprios. Algo que seria ridículo é que viéssemos a ser os governadores civis da Europa no nosso próprio país; que não fôssemos capazes de fazer a revisão constitucional, de fazer o referendo; que nos tivéssemos esquecidos que temos na nossa Constituição, no momento em que entrámos na Comunidade Económica Europeia, normas que não são de um Estado de direito democrático, mas que bem podiam pertencer a uma constituição de qualquer país socialista do Leste; que nos tenhamos esquecido que autorizámos e conseguimos manter uma norma como o artigo 83 ou como certas alíneas do artigo 290 da Constituição que são o equivalente a um mandato de captura em branco sobre toda a economia portuguesa...

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — ...que fôssemos capazes de fazer um contrato liberal com o estrangeiro e não fôssemos capazes de fazer um novo contrato democrático com o nosso próprio povo. É por isso que dizemos: é preciso desnacionalizar a nossa economia para que possamos nacionalizar a integração, para que possamos dar-lhe um significado nacional de afirmação da nossa soberania e não de diminuição da nossa soberania democrática.

O Sr. Luís Beiroco (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Há um curioso fenómeno na esquerda portuguesa: é que para ela é bom ser capitalista lá fora, é bom ser liberal lá fora e é mau ser liberal cá dentro.

É que ela pensa que os problemas da recuperação capitalista nacional são resolvidos pelo Fundo Monetário Internacional ou pela CEE e não pelos empresários portugueses. Não chega fazer jantares e almoços com os empresários portugueses, não chega fazer a recuperação capitalista. É preciso, sim, um novo projecto liberal em Portugal! É preciso não encarar a CEE com um espírito de conquista irreversível ou demais uma conquista irreversível ou, muito menos, como a última vontade de um governo moribundo que se serve, mais uma vez, desse alibi para esconder todos os reais problemas internos do povo português que no último ano, em 1984, teve o pior ano económico que a minha geração conheceu.

Em terceiro lugar, é preciso ter consciência, e reforçá-la, sobre qual o papel de Portugal na Europa e de como vamos defender nela a nossa viabilidade e a nossa identidade.

O Sr. Luís Beiroco (CDS): — Muito bem!

O Orador: — O que é que este Governo já disse sobre isso? Apresentou durante este debate um álbum das suas glórias sobre a CEE.

Mas o que é que ele já disse sobre o modo de se defender na CEE? Portugal é um país com uma vocação marítima, é um país que na sua história sempre defendeu a sua autonomia no mar e sempre a encontrou comprometida na terra; é um país que na sua história teve a maior experiência africana de todos os países europeus, porque teve a primeira e a última de todas as experiências africanas e, isso mesmo, levou-nos já a dizer que Portugal na CEE deveria defender o estatuto de um mediador privilegiado com a África.

O Sr. Luís Beiroco (CDS): — Muito tem!

O Orador: — O que é que já foi dito, explicado e proposto sobre o que Portugal pode ser na CEE? De facto, Portugal é um país euro-atlântico, um país que preserva o seu triângulo estratégico com os Açores e a Madeira, um país que garante, ou ajuda a garantir, no quadro com a aliança com os Estados Unidos da América e da Aliança Atlântica, a liberdade dos mares, nomeadamente no Atlântico Norte.

É por isso que é preciso estar atento aos perigos e às dificuldades; é preciso falar delas, é preciso não tratar a CEE apenas como um álibi. Esses perigos são, em primeiro lugar, o dos novos desequilíbrios regionais. Talvez não convenha esquecer que entre o Nordeste transmontano e Hamburgo há uma diferença de 1 para 12 em termos de desenvolvimento e que os fenómenos de polarização podem vir a agravar esta situação.

Não se conhece, no entanto, nem uma política de desenvolvimento regional nem uma política de regionalização, sobre a qual este Governo tem sido, de facto, inteiramente omissivo. É, inclusivamente, duvidoso que estejamos preparados para aproveitar os recursos que os fundos comunitários põem à nossa disposição a fim de serem aproveitados nesta matéria.

Sr. Presidente, como vejo a luz vermelha, peço-lhe que me dê mais 2 minutos apenas para eu terminar a intervenção.

O Sr. Presidente: — A Mesa concede-lhe os 2 minutos que pede, Sr. Deputado.

O Orador: — Por último, nada foi feito para tornar a nossa economia mais competitiva. Isto porque o problema não é, inclusive, o de nos tornarmos auto-suficientes nisto ou naquilo, mas o de sermos capazes de ser competitivos no quadro europeu, não esquecendo que temos uma agricultura que tem um quarto da produtividade média da agricultura europeia, que temos uma economia burocratizada, habituada à preguiça dos preços fixos, uma economia que tem os elefantes brancos herdados do império mais que herdados da revolução; uma administração burocratizada, uma fiscalidade retrógrada, estatutos e estruturas de investigação que não correspondem às necessidades que nos põe o desafio europeu.

Julgo que um país pequeno no quadro europeu devia fazer pela Europa, talvez, aquilo que têm feito, quase, as nossas equipas de futebol, que é jogar mais em jeito do que em força, que era ter, uma economia ágil e não a economia de monstros inúteis e com que nós vamos, justamente, entrar na CEE.

Mas qual é o plano, do Governo para enfrentar todos estes problemas? O que é que o Governo aqui nos disse sobre o futuro? Como é que pode haver um plano para enfrentar a CEE, se não há sequer um claro plano de modernização a médio prazo, tornado eficaz em relação à economia Portuguesa? E qual é inclusive, a nossa atitude sobre a revisão constitucional de que a CEE, ela própria, também precisa, agora que passou a ser uma terra de 12 países? Toda a gente sabe que com 12 países a CEE precisa de um desenvolvimento mais político e que, o Chanceler Kohl por exemplo, tem proposto para, esses 12 países finalmente, o projecto de uma federação dos Estados unidos da Europa. Mas o que nos disse aqui o Governo sobre isso? Toda a gente tem proposto – e ainda recentemente o Chanceler espanhol Gonzalez – que agora seja introduzido o princípio da maioria, porque é impossível com 12 países fazer funcionar o princípio da unanimidade. Mas o que é que nos foi dito aqui pelo Governo sobre esse projecto?

Toda a gente sabe que a Europa precisa hoje de resistir aos cantos de sereia do Leste, de novo pronto a dividi-la, e precisa ao mesmo tempo de afirmar a autonomia do pólo europeu, no quadro das próprias relações atlânticas. Mas o que é que nos foi dito aqui sobre isso tudo?

Nada disto impede, a nós, no CDS, de manifestar um profundo, sério, vivo e empenhado regozijo pela integração de Portugal na CEE e pela conclusão das negociações, que acabam de ter o seu termo. Até como partido nos identificamos, plenamente, com aquilo que são os pilares de uma cultura europeia, uma cultura cristã e uma cultura liberal, uma cultura de tradição e de modernidade e com aquilo que foi o nosso país durante séculos em relação à Europa o maior transporte e o maior veículo dessa cultura e desse esforço através do mundo.

Também nós temos, em relação à Europa, a esperança de um novo desenvolvimento português baseado na abertura, na qualidade, na dimensão internacional das nossas unidades, na competitividade e, sobretudo, num projecto geral de mudança, que faça também dessa mudança europeísta uma via do maior reencontro dos Portugueses consigo mesmos. Uma via de mudança e uma via de reconciliação, porque agora que terminou este projecto das três forças democráticas, talvez seja preciso reinventar uma nova forma de solidariedade e de entendimento, um novo pacto de regime entre as três forças democráticas para que a mudança possa ser efectiva, possa ser crível e possa ser motivo de esperança para todos os portugueses.

Mas o CDS terá, em qualquer caso, a certeza de que dizer Europa é dizer «Viva Portugal!» e que dizer «Viva Portugal!» é dizer «Viva a Europa!».

Aplausos do CDS e dos deputados Costa Andrade e José Augusto Seabra, do PSD.